



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 7/2/2011

PROVA

SÚMULA TJ Nº 70

O FATO DE RESTRINGIR-SE A PROVA ORAL A DEPOIMENTOS DE AUTORIDADES POLICIAIS E SEUS AGENTES NÃO DESAUTORIZA A CONDENAÇÃO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE (ART. 122 RI) Nº [2002.203.00001](#) (ENUNCIADO CRIMINAL Nº 02, DO TJRJ) – JULGAMENTO EM 04/08/2003 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. J. C. MURTA RIBEIRO

(VER: [PROCESSO PENAL](#), [TESTEMUNHO DE POLICIAL](#))

SÚMULA TJ Nº 91

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, PREVISTA NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA, NÃO PODE SER DETERMINADA NA SENTENÇA.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º [2005.146.00006](#) – JULGAMENTO EM 10/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. SÍLVIO TEIXEIRA

(VER: [CONSUMIDOR](#))

SÚMULA STJ Nº 7

A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 72

A COMPROVAÇÃO DA MORA E IMPRESCINDIVEL A BUSCA E APREENSÃO DO BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE.

(VIDE: [ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 74

PARA EFEITOS PENAIS, O RECONHECIMENTO DA MENORIDADE DO REU REQUER PROVA POR DOCUMENTO HABIL.

(VIDE: [MENORIDADE](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 149

A PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL NÃO BASTA A COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURICOLA, PARA EFEITO DA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

(VIDE: [PREVIDENCIÁRIO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 199

NA EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DE CRÉDITO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N. 5.741/71, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUÍDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS DE COBRANÇA.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 247

O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE, ACOMPANHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, CONSTITUI DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA.

NESSE SENTIDO: AgRg no Ag 649257

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 455

A DECISÃO QUE DETERMINA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS COM BASE NO ART. 366 DO CPP DEVE SER CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA, NÃO A JUSTIFICANDO UNICAMENTE O MERO DECURSO DO TEMPO.

(VER: [CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO](#), [PROCESSO PENAL](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 231

O REVEL, EM PROCESSO CÍVEL, PODE PRODUZIR PROVAS, DESDE QUE COMPAREÇA EM TEMPO OPORTUNO.

(VIDE: [REVELIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 259

PARA PRODUZIR EFEITO EM JUÍZO NÃO É NECESSÁRIA A INSCRIÇÃO, NO REGISTRO PÚBLICO, DE DOCUMENTOS DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA, AUTENTICADOS POR VIA CONSULAR.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 279

PARA SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

(VIDE: RECURSO EXTRAORDINÁRIO)

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

13. A DECISÃO QUE DEFERIR OU REJEITAR A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA SOMENTE SERÁ REFORMADA SE TERATOLÓGICA.

PRECEDENTES: AGINST 2009.002.29104, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADO EM 03/08/2009. AGINST 2009.002.17297, TJERJ, 8ª C. CÍVEL, JULGADO EM 03/08/2009.

(VER: INVERSÃO DO ÔNUS DE PROVA)

29. MERO INCONFORMISMO COM AS CONCLUSÕES DA PROVA PERICIAL, DESACOMPANHADO DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA, NÃO AUTORIZA SUA REPETIÇÃO.

PRECEDENTES: AGINST 2008.002.16611, TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADO EM 01/10/2008. AGINST 2007.002.23996, TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADO EM 08/02/2008.

30. A DECISÃO QUE DEFERE OU INDEFERE A PRODUÇÃO DE DETERMINADA PROVA SÓ SERÁ REFORMADA SE TERATOLÓGICA.

PRECEDENTES: AGINST 2008.002.27028, TJERJ, 12ª C. CÍVEL, JULGADO EM 11/11/2008; AGINST 2005.002.25338, TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADO EM 18/06/2009.

68. A FALTA DE PROVA DA RENDA AUFERIDA PELA VÍTIMA ANTES DO EVENTO DANOSO NÃO IMPEDE O RECONHECIMENTO DO DIREITO A PENSIONAMENTO, ADOTANDO-SE COMO PARÂMETRO UM SALÁRIO MÍNIMO MENSAL.

PRECEDENTES: APCV 2009.001.22856, TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 13/10/09. APCV 2009.001.34525, TJERJ, 11ª C. CÍVEL, JULGADA EM 12/08/09.

(VER: SALÁRIO MÍNIMO)

69. A ALEGAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA, DESTITUÍDA DE PROVA DE QUE A ÁREA É DE RISCO, NÃO A EXIME DE REPARAR SERVIÇO ESSENCIAL, SENDO CABÍVEL A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PARA RESTABELECÊ-LO OU A CONVERSÃO EM PERDAS EM DANOS EM FAVOR DO USUÁRIO.

PRECEDENTES: APCV 2009.001.60130, TJERJ, 2ªC. CÍVEL, JULGADA EM 08/10/09. AGINST 2009.002.28483, TJERJ, 18ª C. CÍVEL, JULGADO EM 10/09/09.

(VER: [CONCESSIONÁRA DE SERVIÇO PÚBLICO, TUTELA ANTECIPADA](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 54 - A MENOR COMPLEXIDADE DA CAUSA PARA A FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA É AFERIDA PELO OBJETO DA PROVA E NÃO EM FACE DO DIREITO MATERIAL.

(VER: [COMPETÊNCIA, JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 135 (SUBSTITUI O ENUNCIADO 47) - O ACESSO DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DEPENDE DA COMPROVAÇÃO DE SUA QUALIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA ATUALIZADA E DOCUMENTO FISCAL REFERENTE AO NEGÓCIO JURÍDICO OBJETO DA DEMANDA. (APROVADO NO XXVII FONAJE - PALMAS/TO - 26 A 28 DE MAIO DE 2010).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

4. LEI PENAL NO TEMPO. COMPETE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL, A REQUERIMENTO DO CONDENADO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO, APLICAR RETROATIVAMENTE A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA INSTITUÍDA NO § 4º DO ARTIGO 33 DA LEI Nº. 11.346/06 CASOS EM QUE NÃO HÁ NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA NOVA.

PRECEDENTES: HC 17603/07. SEXTA TURMA. JULGAMENTO: 19/08/2008.

(VER: [COMPETÊNCIA, MINISTÉRIO PÚBLICO, PENA](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 03/09/2009](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN10

ENUNCIADO 47 - A MICROEMPRESA E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA PROPOR AÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS, DEVERÃO INSTRUIR O PEDIDO COM DOCUMENTO DE SUA CONDIÇÃO.(NOVA REDAÇÃO APROVADA NO XXI ENCONTRO - VITÓRIAS).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN10, DE 09/07/2009](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

9.1.1 - É CABÍVEL A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO PRINCÍPIO DA EQUIDADE E NAS REGRAS DE EXPERIÊNCIA COMUM, A CRITÉRIO DO MAGISTRADO, CONVENCIDO ESTE A RESPEITO DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO OU DIFICULDADE DA PRODUÇÃO DA PROVA PELO RECLAMANTE.

(VER: [INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, JUIZADOS ESPECIAIS](#))

9.3 - PROVA PERICIAL - ADMISSIBILIDADE

NÃO É CABÍVEL PERÍCIA JUDICIAL TRADICIONAL EM SEDE DE JUIZADO ESPECIAL. A AVALIAÇÃO TÉCNICA A QUE SE REFERE O ART. 35, DA LEI Nº 9.099/95, É FEITA POR PROFISSIONAL DA LIVRE ESCOLHA DO JUIZ, FACULTADO ÀS PARTES INQUIRI-LO EM AUDIÊNCIA OU NO CASO DE CONCORDÂNCIA DAS PARTES.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

10.1 - VINCULAÇÃO DO JUIZ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AIJ) AO JULGAMENTO DA LIDE

O JUIZ DO JUIZADO ESPECIAL QUE CONCLUIR A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, MESMO QUE NÃO HAJA COLHEITA DE PROVA ORAL, FICARÁ VINCULADO AO JULGAMENTO DA LIDE, OBSERVANDO-SE APENAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ART. 132, DO C.P.C.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

14.7.2 - INFILTRAÇÃO

AS AÇÕES DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE REPARAÇÃO DE DANOS QUE TENHAM POR OBJETO A INFILTRAÇÃO DE ÁGUA EM UNIDADES IMOBILIÁRIAS SITUADAS EM CONDOMÍNIOS DE APARTAMENTOS, PODEM SER PROPOSTAS EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, DEVENDO A PETIÇÃO INICIAL VIR INSTRUÍDA COM A PROVA TÉCNICA ALUDIDA NO ART. 35, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI 9099/95).

(VER: [CONDOMÍNIO, EXECUÇÃO, JUIZADOS ESPECIAIS, OBRIGAÇÃO DE FAZER](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 43

9 - A AUTORIDADE POLICIAL DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INDAGAR DOS ENVOLVIDOS SE HÁ TESTEMUNHAS DO FATOS, FAZENDO CONSTAR DO TERMO TAL INFORMAÇÃO - (I EJMP-DP-PM)

60 - EM SE TRATANDO DE CONTRAVENÇÃO AS PARTES PODERÃO ARROLAR ATÉ TRÊS TESTEMUNHAS. EM SE TRATANDO DE CRIME, O NÚMERO ADMITIDO É DE CINCO TESTEMUNHAS - (I EJJE)

(VER: [CONTRAVENÇÃO PENAL](#))

62 - EM SEDE DE JUIZADO ESPECIAL, A AUSÊNCIA DO LAUDO PERICIAL NO PROCESSO NÃO IMPEDE A PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, DESDE QUE PROVADA A MATERIALIDADE DO DELITO POR OUTRO MEIO INEQUÍVOCO - (I EJMP)

77 - PARA O DECRETO DE AFASTAMENTO DO AGRESSOR EXIGE-SE A EFETIVA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA CARACTERIZADORA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - (II EJMP)

[AVISO TJ Nº 43, DE 04/09/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

5. NA EXECUÇÃO FISCAL NÃO SE EXIGIRÁ PROVA DE ATENDIMENTO A REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 6830/80, TAIS COMO A EXATA INDICAÇÃO DO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CÓPIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DA PROVA DA ENTREGA AO CONTRIBUINTE DA NOTIFICAÇÃO DO TRIBUTO.

JUSTIFICATIVA: AS CONCLUSÕES DECORREM DO DISPOSTO NO ART. 2º, § 5º, DA LEI Nº 6830, DE 22/09/80, O QUAL SÓ EXIGE A INDICAÇÃO DO DOMICÍLIO OU RESIDÊNCIA DO DEVEDOR, SE CONHECIDO, E EM RAZÃO DE A COMUNICAÇÃO AO CONTRIBUINTE CONSTITUIR ATO ADMINISTRATIVO, CUJA LEGITIMIDADE SE PRESUME.

REF: RESP 235028/MG, STJ, 2ª TURMA, DJ DE 27/06/2005, P. 310.

APCV 2005.001.40621, TJERJ, 1ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 24/01/2006.

AGI 2005.002.25787, TJERJ, 8ª CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 07/02/2006.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

7. PARA A CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO É DISPENSÁVEL A PROVA DA CULPA.

JUSTIFICATIVA: AMPLAMENTE MAJORITÁRIO O ENTENDIMENTO DE QUE AQUELE QUE EXERCE ABUSIVAMENTE SEU DIREITO COMETE ILÍCITO, AINDA QUE DESPIDO O ATO DE ELEMENTO SUBJETIVO.

REF.: E.I. 2003.005.00172, TJERJ, 6ª CÂMARA CÍVEL, JULGADOS EM 22/07/2003.

APCV 2006.001.06219, TJERJ, 2ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 15/02/2006.

(VER: [ABUSO DO DIREITO](#))

[AVISO TJ Nº 32, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 39

28 - NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AS PARTES DEVEM SER ENCAMINHADAS A ATENDIMENTO POR GRUPO HABILITADO, COMO MEDIDA PREPARATÓRIA PRÉ-PROCESSUAL, VISANDO À SOLUÇÃO DO CONFLITO SUBJACENTE À QUESTÃO PENAL E À ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO PACTUADA - (EVD).

(VER: [CONTRAVENÇÃO PENAL](#))

[AVISO TJ Nº 39, DE 19/09/2005](#)

ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1

5- NAS AÇÕES DE REVISÕES DE DÉBITOS BANCÁRIOS E CARTÕES DE CRÉDITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO ARGUMENTO DE PRÁTICA DE ANATOCISMO, DESDE QUE INDÚVIDOSA A PRÁTICA, É RECOMENDÁVEL POSTERGAR-SE A REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO. - UNÂNIME

(VER: [CARTÃO DE CRÉDITO](#))

[ATO EMERJ Nº SN1, DE 25/11/2003](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XXIV – APLICA-SE O ARTIGO 800 DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL A MEDIDA CAUTELAR DE PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVA.

ENUNCIADO Nº XXV – A AUDIENCIA NAO E OBRIGATORIA QUANDO DEFERIDA, SOMENTE, A PROVA PERICIAL, EXCETO SE NECESSARIOS ENTENDIMENTOS DO PERITO.

ENUNCIADO Nº XXVI – O DESPACHO DE ESPECIFICACAO DE PROVAS NAO INIBE O JULGAMENTO NO ESTADO DO PROCESSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [DILIGÊNCIA](#))

ENUNCIADO Nº XXX – PARA A OBTENCAO DE LIMINAR, E EXIGIVEL A PROVA DE RECEBIMENTO PESSOAL PELO DEVEDOR DA NOTIFICACAO, NAS ACOES DE BUSCA E APREENSAO FUNDADAS NO DECRETO-LEI N. 911/69, SALVO SE COMPROVADO NOS AUTOS O PROTESTO DO TITULO.

(VER: [LIMINAR](#))

ENUNCIADO Nº LV – A JUSTIFICACAO VISANDO PRODUZIR PROVA PERANTE ENTIDADE DA ADMINISTRACAO FEDERAL, MESMO QUE REFERENTE A PARENTESCO, NAO E DE COMPETENCIA DA JUSTICA ESTADUAL, RECOMENDANDO-SE A DEVOLUCAO DOS AUTOS VINDOS DA JUSTICA FEDERAL, COM BASE NA SUMULA N. 32, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA ESTADUAL](#), [JUSTIÇA FEDERAL](#), [SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 68

ENUNCIADO Nº VIII – É EXIGÍVEL A PROVA DE RECEBIMENTO PESSOAL PELO DEVEDOR DA NOTIFICAÇÃO NAS AÇÕES DE BUSCA E APREENSÃO FUNDADAS NO DECRETO-LEI Nº 119/69, SALVO SE COMPROVADO NOS AUTOS O PROTESTO DO TÍTULO.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 68, DE 29/05/1992](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@trj.jus.br